ATA 2726ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - Aos doze dias do mês de junho do ano de 2019, às nove horas e cinquenta minutos, teve início em sua Sede, na Praça da República, nº 53, a segunda milésima septicentésima vigésima sexta Sessão Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Educação, sob a Presidência do Conselheiro Hubert Alguéres. Compareceram os Conselheiros Ana Teresa Gavião Almeida Marques Mariotti, Bernardete Angelina Gatti, Décio Lencioni Machado, Denys Munhoz Marsiglia, Edson Hissatomi Kai, Eliana Martorano Amaral, Francisco Antônio Poli, Francisco de Assis Carvalho Arten, Ghisleine Trigo Silveira, Guiomar Namo de Mello, Iraíde Margues de Freitas Barreiro, Jair Ribeiro da Silva Neto, Laura Laganá, Luís Carlos de Menezes, Mauro de Salles Aguiar, Roque Theóphilo Junior, Rosângela Aparecida Ferini Vargas Chede, Rose Neubauer, Sylvia Figueiredo Gouvêa e Thiago Lopes Matsushita. Dando início à Sessão, o senhor Presidente do CEE, Hubert Alquéres, agradeceu a presenca do Reitor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Prof. Sandro Roberto Valentine; da Pró-Reitora de Graduação Gladis Macini-Cagliari; do Chefe de Gabinete, Prof. Carlos Eduardo Vergani; do Coordenador da Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE), Mário Sérgio Vasconcelos; do Assessor da Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE) Eduardo Galhardo; do Assessor Chefe de Comunicação e Imprensa - Fábio Almeida; e do Professor Titular Celestino Alves da Silva Júnior. Com a palavra o Senhor Prof. Sandro Roberto Valentine para sua apresentação. Agradeceu pelo convite e disse considerar muito importante este espaço com os Conselheiros, principalmente, neste momento em que se vive uma narrativa muito ruim para a universidade pública. Disse que será o primeiro a depor na CPI das Universidades na Alesp, na próxima quarta-feira, e está se preparando para isso. Comentou a respeito das reportagens mostradas sobre os ataques a professores e disse que é muito ruim ver o que estão fazendo com os nossos professores. A sociedade de hoje não vê mais o professor como se via antigamente - quem hoje quer ser professor vendo situações como essas de professores apanhando em salas de aula; uma infraestrutura não adequada; carreiras aviltadas; salários baixos? Tudo isso acabou tirando o professor do papel fundamental na educação e o pior é que as crianças os veem como pessoas que estão apanhando dos alunos. Isto tem que ser revertido, principalmente no principal estado da nossa Federação. O Reitor disse gostar muito de história e pretende no futuro se debruçar na questão da história do ensino superior. Narrou uma passagem que considera muito forte, relacionada a este Conselho, guando foi inaugurado em 1963 e o governador de São Paulo era o Senhor Adhemar de Barros: primeiro momento de 47 a 51 quando tivemos a Constituição. Era uma preocupação muito grande do seu plano de governo a questão da exteriorização do ensino superior - havia egressos de muitas escolas do interior de São Paulo que precisavam se deslocar para fazer o ensino superior e naquele momento só existia a Universidade de São Paulo. A proposta de interiorização precisava ser um pouco mais organizada e acabou ficando refém de interesses paroquiais. O período pós 47 foi de uma busca dos deputados gestores locais que queriam para seus municípios uma faculdade ou uma universidade. Isso ocorreu nas décadas de 50 e 60 quando houve a constituição de institutos isolados e faculdade de ensino superior no estado de São Paulo. Isso gerou um problema muito grande para o estado porque esse grupo individualizado começou a ter disputa pelo poder e até 1963 tudo passava pelo Conselho da Universidade de São Paulo. Depois da criação do Conselho Estadual de Educação ele passa a assumir todas essas questões. Em um 1963, Adhemar de Barros volta a ser governador e observa que não ficou da forma como ele idealizou. Nesse momento escreve para Zeferino Vaz, Presidente do Conselho Estadual de Educação, e encaminha o seguinte texto: "preocupa-se o meu governo em dar solução ordenada, planificada à atual situação dos institutos isolados de ensino superior e ao desenvolvimento da educação superior no estado de São Paulo. Para evitar como até agora tem acontecido, de pressões sociais e culturais não devidamente compreendidas, orientadas, pelos líderes que impunham soluções de afogadilho, distorcida politicamente, soluções que resultavam quase sempre em empresas culturais desorganizadas, pouco eficientes desnecessariamente aos cofres públicos que poderão ser pelo futuro justamente criticadas". Disse parecer um fato recente e o que achou muito interessante é que o Conselho debruçou numa proposta de criação de quatro universidades regionais: a Universidade Regional de Campinas, a Universidade Regional

1 2

3

4 5

6

7

8

9 10

11 12

13 14

15

16

17

18

19 20

21

22

23

24

25

26 27

28

29

30

31

32

33 34

35 36

37

38 39

40

41

42

43

44

45

46

47

48 49

50

51

52

53

54

55

56 57

58

1

2

3

4

5 6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

2627

28

29

30

31

32

33

34 35

36

37

38

39

40

41 42

43

44 45

46

47 48

49

50

51 52

53 54

55

56 57

de Bauru, a de Araraguara, e a de Ribeirão Preto, mas a proposta morreu agui mesmo no Conselho - vários Conselheiros, à época, foram contrários e a proposta foi desconstituída. Do papel saiu apenas a Unicamp que na composição da Universidade Regional de Campinas não era só a Faculdade de Medicina. Registrou isso por achar muito interessante o papel do Conselho na discussão do ensino superior e elogiou a proposta do Presidente Hubert Alquéres, de conversar com os Reitores da USP, da Unesp e da Unicamp. O Reitor disse que a gêneses da Unesp foi muito diferente das outras duas - foi o alinhavo e desse alinhavar de unidades com culturas extintas e com fragmentação de identidades. Comentou que pretende mostrar na Alesp a forma de constituir ou de pensar o estudo superior do estado de São Paulo - ainda tem um viez político - a universidade continua sofrendo pressões. Pressões de políticos que tentam buscar fortalecer os seus espaços, seus redutos eleitorais mas depois esquecem das pressões externas, do movimento de expansão da universidade, que tem um custo muito grande para o estado. A Unesp foi a que mais sofreu com esses interesses pois já havia ocupado vários municípios. Hoje ocupa 24 municípios e isso tem um custo muito grande para o estado. Tem uma grande quantidade de licenciaturas em diversas regiões com escolas e unidades distantes umas das outras. Hoje, a Unesp tem 50% das vagas no sistema universal e 50% de vagas para o ensino público contendo os 35% de PPIs, em todos os cursos até mesmo o de Medicina. Disse que a pró-Reitora Gladis Macini-Cagliari está terminando um estudo e ele está aquardando esses dados porque havia um preconceito de que trazer os egressos de escola pública, baixaria o nível em sala de aula, e aumentaria a evasão pela dificuldade de acompanhar o curso. Informou que logo esse levantamento estará concluído e veremos que esses temores foram desconstruídos. Há um outro problema que é o da vulnerabilidade socioeconômica. A Unesp tem um contingente muito grande de unidades que formam professores. O círculo virtuoso no processo de professores seria: o estado investe nas licenciaturas, nas universidades estaduais paulistas, e o que se esperava era que os professores formados alimentassem a rede pública. Mas não é isso que acontece. Há um círculo vicioso: os egressos das licenciaturas acabam indo para rede privada ou para outras carreiras. O Senhor Reitor disse que gostaria de ser informado a respeito do número de professores da rede que são egressos das três universidades estaduais paulistas, das federais, e do sistema privado, que alimentam a rede do ensino médio. As três estaduais estão muito empenhadas no processo formativo. Utilizando-se do recurso do powerpoint o senhor Reitor demonstrou dados estatísticos sobre a permanência estudantil; a graduação; ingressos e sistema de inclusão; origem dos alunos/câmpus; inclusão (ingressantes por vestibular por categoria e quantidades de ingressantes por renda per capita familiar); permanência estudantil (impacto financeiro dos programas de inclusão e de permanência estudantil); e formação de professores. Sobre a Formação de Professores apresentou programas institucionais como: Núcleos de Ensino - desenvolvem projetos para a Educação Básica junto à rede pública, oferecendo oportunidades para os bolsistas aprimorarem sua formação e interagirem com a dinâmica das escolas. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) - atividades junto à Rede Pública de Ensino, com professores da Rede Pública recebendo bolsas, bem como estudantes de licenciatura (anos iniciais de formação) e seus orientadores. As atividades estão voltadas para elaboração e desenvolvimento do conteúdo das disciplinas. A Residência Pedagógica é um estágio para estudantes de licenciatura nas escolas da Rede Pública. Congresso de formação de Professores (30 anos em 2020, com participação de professores da Rede Pública com dispensa pela SEE). Elaboração do Projeto Pedagógico Institucional de Formação de Professores. Falou também sobre o IEP<sup>3</sup> – Instituto de Ensino Pesquisa em Práticas Pedagógicas. Treinamento docente em metodologias ativas: desenvolvimento de materiais pedagógicos digitais; implementação de disciplinas EaD e híbridas, com mobilidade virtual e atividades presenciais (ex. Ciências Jurídicas e Sociais; Libras). Há também o Projeto de Aprendizagem Colaborativa online chamado " Brazilian Virtual Exchange – BraVe. Apresentou os resultados do Curso de Pedagogia a distância (em convênio com Prefeitura de São Paulo) - Edicão Univesp (2010 -2013) - formados: 992 alunos e 2°Edição (2016 – 2019) - matriculados: 741 alunos. Ao final mostrou dados sobre a relação da FUVEST com o ensino médio – através do Convênio Unesp/Vunesp/SEE.

1

2

4

5

6 7

8

9 10

11

12 13

14 15

16 17

18

19 20

21 22

23

24

25

2627

28

29

30

31

32 33

34 35

36

37

38

39

40 41

42

43

44 45

46

47 48

49

50

51

52

53

54 55

56 57

Na seguência, a Presidência fez a apresentação de todos os Conselheiros e abriu a palavra para que fizessem suas considerações. Manifestaram-se os Conselheiros Sylvia Figueiredo Gouvêa, Jair Ribeiro da Silva Neto, Laura Laganá, Bernardete Angelina Gatti, Roque Theóphilo Junior, Ghisleine Trigo Silveira, Guiomar Namo de Mello, Mauro de Salles Aguiar, Francisco de Assis Carvalho Arten, Eliana Martorano Amaral, Décio Lencioni Machado, Rose Neubauer e Luís Carlos de Menezes, todos no sentido de agradecer a presença do Senhor Reitor Prof. Sandro Roberto Valentine; da Profa Gladis Macini-Cagliari; e do Prof. Mário Sérgio Vasconcelos, e também cumprimentá-los pelas exposições, e para apresentarem sugestões. À medida em que as sugestões foram apresentadas, foram respondidas pontualmente pelos expositores. O Senhor Presidente elogiou os palestrantes pelas apresentações e agradeceu ao Reitor e a todos os representantes da Unesp pela presença. Obs: a gravação desta Sessão, na íntegra, encontra-se à disposição de todos os Conselheiros com a secretária do Pleno. Dando continuidade à Sessão Plenária, o Presidente do Conselho Estadual de Educação solicitou aos Conselheiros Eliana Martorano Amaral e Luís Carlos de Menezes para procederem ao sorteio dos processos das Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior e, com fundamento na legislação vigente, torna público a distribuição de processos. Processos da Câmara de Educação Básica: 953015/2018 (Proc. CEE .095/18) - Colégio Integral INACI, Relatora Laura Laganá; 1935617/2018 - Instituto Monitor, Relatora Ana Teresa Gavião Almeida Marques Mariotti. Processos da Câmara de Educação Superior: 1030138/2018 (Proc. CEE 254/17) - Escola de Engenharia de Piracicaba, Relator Luís Carlos de Menezes; 1953793/2018 - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, Relator Décio Lencioni Machado; 2155169/2018 – CEETEPS / FATEC Indaiatuba, Relatora Iraíde Margues de Freitas Barreiro; 902376/2019 -Faculdade Corporativa CESPI - FACESPI / Piraju, Relator Marcos Sidnei Bassi. 01. Colocada em discussão, a Ata de nº 2725, de 05/06/2019, foi aprovada por unanimidade. OBS: a Cons<sup>a</sup> Rosângela Aparecida Ferini Vargas Chede consultou a Presidência, por conta da relevância e abrangência da temática: Recomendações e orientações para fortalecimento da ação supervisora do sistema estadual de ensino paulista com vistas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem, sobre a possibilidade da transcrição, na na Ata, das manifestações ocorridas durante a discussão do processo. A Presidência respondeu que todas as manifestações, quando desejada publicação na íntegra, devem ser encaminhadas à mesa, por escrito, em forma de Declaração de Voto (favorável ou contrário) para que sejam registradas em Ata de forma fidedigna. O Cons. Francisco Antonio Poli consultou a Presidência se seria possível fazer constar na Ata da Sessão do dia 05/06/2019, o nome das Ex- Conselheiras Débora Gonzalez Costa Blanco e Neide Cruz, também como relatoras no Proc. 1507625/2019. Interessado: Conselho Estadual de Educação. Assunto: Recomendações e orientações para fortalecimento da ação supervisora do sistema estadual de ensino paulista com vistas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem Relatoras: Consas Rose Neubauer, Laura Laganá e Pollyana Fatima Gama Santos – CE, posto que elas participaram na elaboração do documento. Após esclarecimentos do Senhor Presidente, Hubert Alquéres, e manifestação da Consa Rose Neubauer, ficou aprovada a retificação da Ata de nº 2725, do dia 05/06/2019, para constar que as ex-Conselheiras Débora Gonzalez Costa Blanco e Neide Cruz integraram a Comissão Especial e participaram na elaboração da Indicação, acima mencionada. 02. Justificou a ausência dos Conselheiros Claudio Mansur Salomão e Marcos Sidnei Bassi. 03. AVISOS E COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA: a) informou que a Consa Cleide Bauab Eid Bochixio formalizou o pedido de exoneração e, pela Lei que organiza o Conselho, está claro que o Conselheiro suplente, nesse caso, não pode ser convocado. Como há divergência de opiniões, vai fazer uma consulta formal à CLN, com relação à questão. 04. PALAVRA ABERTA AOS CONSELHEIROS: não houve. **05. MATÉRIA DELEGADA** aprovada em 05/06/2019, nos termos da Deliberação CEE 157/2017. 5.1 Indicação de Especialistas para os Proc<sup>s</sup>. 800730/2018 (CEB); 1440753/2018; 1338472/2019; 1079543/2018 (Proc. CEE 185/2011); 1368876/2019; 1384217/2019; 114388/2019 (Proc. CEE 670/2001) (CES). 5.2 Pareceres aprovados na CEB e na CES: Proc. 1320217/2018 – Instituto Monitor. Parecer 200/19 da Câmara de Educação Básica, relatado pelo Cons. Cláudio Mansur Salomão. Deliberação: 2.1

1

2

4

5

6 7

8

9 10

11

12

13

14 15

16 17

18

19 20

21 22

23

24 25

2627

28

29 30

31 32

33

34 35

36

37

38 39

40

41 42

43

44 45

46 47

48

49

50

51

52

53

54

55

56 57

Indefere-se o pedido de reconsideração apresentado pelo Instituto Monitor, prevalecendo os exatos termos da decisão do Parecer CEE 99/2019. 2.2 Envie-se cópia deste Parecer ao Instituto Monitor, à DER Centro, à Coordenadoria Pedagógica - COPED e à Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula - CITEM. Proc. 1047343/2018 (Proc. CEE 172/2013) \_ Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza / FATEC Bauru. Parecer 201/19 \_ da Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons. Marcos Sidnei Bassi. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE nº 142/2016, o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Banco de Dados, oferecido pela FATEC Bauru, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, pelo prazo de cinco anos. 2.2 A presente renovação do reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação. Proc. 1163325/2018 (Proc. CEE 607/2001) USP / Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos de Pirassununga. Parecer 202/19 \_ da Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons. Luís Carlos de Menezes. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE nº 142/2016, o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso de Zootecnia, oferecido pela Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos de Pirassununga, da Universidade de São Paulo, pelo prazo de cinco anos. 2.2 A presente renovação do reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação. Proc. 1190709/2018 (Proc. CEE 540/2001) \_ UNESP / Faculdade de Ciências do Campus de Bauru. Parecer 203/19 \_ da Câmara de Educação Superior, relatado pela Consa Rose Neubauer. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE nº 142/2016, o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso de Bacharelado em Psicologia, oferecido pela Faculdade de Ciências do Campus de Bauru, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", pelo prazo de cinco anos. 2.2 A presente renovação do reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação. Proc. 1028805/2018 (Proc. CEE 153/2008) \_ UNESP / Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do Campus de Jaboticabal. Parecer da Câmara de Educação Superior, relatado pela Consa Rose Neubauer. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE nº 142/2016, o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas, oferecido pela Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do Campus de Jaboticabal, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", pelo prazo de cinco anos. 2.2 Convalidam-se os atos escolares praticados durante o período em que o Curso permaneceu sem reconhecimento. 2.3 A presente renovação do reconhecimento tornarse-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação do presente Parecer pela Secretaria de Estado da Educação. Proc. 1201747/2018 (Proc. CEE 569/2001) \_ UNESP / Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Assis. Parecer 205/19 \_ da Câmara de Educação Superior, relatado pela Consa Rose Neubauer. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE nº 142/2016, o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso de Ciências Biológicas - Bacharelado, oferecido pela Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Assis, da Universidade de Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", pelo prazo de cinco anos. 2.2 A presente renovação do reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação. Proc. 1945737/2018 \_ Escola de Educação Permanente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. **Parecer 206/19** \_ da Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons. Edson Hissatomi Kai. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE no 10 de 10 147/2016, o funcionamento do Curso de Especialização em Acupuntura, da Escola de Educação Permanente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, com doze vagas. PAUTA: Proc. 1503667/2018 \_ Colégio Nove de Julho. O Parecer 207/19 \_ da Câmara de Educação Básica, relatado pelo Cons. Jair Ribeiro da Silva Neto foi aprovado por unanimidade. Deliberação: 2.1 Defere-se o pedido de Credenciamento do Colégio Nove de Julho, para ministrar Educação a Distância, nos termos da Deliberação CEE Nº 97/10, pelo prazo de cinco anos, em sua sede à Rua Vergueiro 247, Liberdade, São Paulo. 2.2 Autoriza-se, nos termos do presente Parecer, o funcionamento dos

1

2

4

5

6 7

8

9 10

11

12

13

14 15

16 17

18

19

20

21 22

23

24

25

26

27 28

29

30

31 32

33

34 35

36

37

38 39

40

41 42

43

44 45

46 47

48

49

50

51

52

53

54

55

56 57

Cursos: Técnico em Segurança do Trabalho, em Radiologia e em Enfermagem, na modalidade EaD. 2.3 Aprovam-se o Regimento Escolar específico para EaD e os Planos de Curso Técnico em Segurança do Trabalho, em Radiologia e em Enfermagem, na modalidade EaD. 2.4 Ressalte-se que nos termos do artigo 14, da Deliberação supra, a DER Centro Sul deverá publicar o ato prévio da instalação da Sede e comunicar o início das atividades a este Colegiado, condicionando o início de funcionamento da modalidade EaD à tal providência. 2.5 Envie-se cópia deste Parecer ao Colégio Nove de Julho, à DER Centro Sul, à Coordenadoria Pedagógica - COPED, à Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula - CITEM. O Cons. Denys Munhoz Marsiglia declarouse impedido de votar, por motivo de foro íntimo. Proc. 1124248/2019 \_ Sônia Falcão de Araujo. O Parecer 208/19 \_ da Câmara de Educação Básica, relatado pelo Cons. Cláudio Mansur Salomão foi aprovado por unanimidade. Deliberação: Na Integra. Processo 1124248/2019. Interessada: Sônia Falcão de Araujo. Assunto: Consulta sobre formação de professor para assumir cargo efetivo de docente nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Relator: Cons. Cláudio Mansur Salomão. Parecer CEE Nº 2082019 - CEB -Aprovado em 12/06/2019. Conselho Pleno: 1. Relatório. 1.1 Histórico: Sônia Falcão de Araujo, Professora, CPF 166.420.068-10, por meio de Ofício, às fls. 03, consulta este CEE sobre o direito de assumir cargo de Professor efetivo para provimento do cargo de Professor de Educação Básica I. A mesma é portadora do Diploma de Habilitação Específica para o Magistério, expedido pela Escola Estadual de 1º e 2º graus "Professor Porcino Rodrigues", em dezembro de 1992, com o Título de Professor (1ª a 4ª séries do 1º Grau) - Área de Aprofundamento em Pré-Escola. A seguir, é exposto breve relato sobre o presente pleito: - a Interessada foi aprovada no Concurso Público da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo para o cargo de Professor de Educação Básica I, em nível regional, conforme Certificado emitido pela Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos da SEE/SP (fls. 04); - foi nomeada por Decreto de 13/03/2019, publicado no D.O. 14/03/19, na EE Joiti Hirata, DER Sul 2 e solicitou prorrogação por 30 dias no prazo de Posse pela Portaria do Diretor de Escola, de 05/04/2019, publicada no D.O. 06/04/2019 (fls. 05, 06 e 07); em 15/04/02019, compareceu à EE Joiti Hirata para tomar posse do cargo. Entretanto, a diretora da escola questionou sua formação acadêmica: Diploma de Habilitação Específica para o Magistério, expedido pela Escola Estadual de 1º e 2º Graus "Professor Porcino Rodrigues", com o Título de Professor (1ª a 4ª séries do 1º Grau) - Área de Aprofundamento em Pré-Escola, definindo que a solicitação da mesma ficou prejudicada por falta de amparo legal em não preencher os requisitos de provimento do cargo constante no Edital do Concurso prestado, conforme Instruções Especiais SE/2014 (fls. 08, 09 e 10). Saliente-se que a Interessada é professora contratada em caráter temporário, categoria "O", da Diretoria de Ensino Região Sul 2 e possui 16,514 pontos por tempo de serviço nessa categoria (fls.13, 14, 20, 21, 22 e 23). 1.2 Apreciação: As Instruções Especiais SE 02/2014, que regeram o Concurso Público da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo para provimento do cargo de Professor de Educação Básica I, foram omissas quanto aos portadores de Diploma de Curso Normal de Nível Médio, ao estabelecerem os Requisitos para Provimento do Cargo de Professor de Educação Básica I. No tocante à qualificação necessária para o candidato habilitar-se ao cargo de Professor de Educação Básica I, não se pode desconsiderar o artigo 62 da LDB nº 9394/96, que dispõe: Art. 62 - A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). (g.n.) A formação mínima desejada para todos os professores é a formação em nível superior, meta que se pretende alcançar, porém, a Lei admite a formação de nível médio. Este CEE já se manifestou mais de uma vez sobre o tema, não só ao orientar o Sistema Estadual de Ensino, na Indicação CEE nº 53/2005, quando afirma: "Têm direito a lecionar no Ensino Fundamental – Ciclo I: 3. Os portadores de diploma de Habilitação Específica para o Magistério (HEM) e do Curso Normal de Nível Médio", como também em Pareceres, a saber: - Parecer CEE Nº 556/1998, do Cons. Arthur Fonseca Filho que ao responder consulta da Associação dos Professores de

1 2

3

4

5 6

7

8

9 10

11

12 13

14

15

16 17

18

19 20

21 22

23

24 25

2627

28

29

30

31 32

33

34 35

36

37

38 39

40

41 42

43

44 45

46

47 48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

Osasco e Região, sobre a Lei 9.394/96: Habilitação Magistério, assim se posicionou: (...) O Artigo 62 se insere no Título VI da LDB integrando, portanto, o corpo permanente da Lei. Esse Título trata dos Profissionais da Educação. Ora, ao dizer no corpo permanente que é "admitida, como formação mínima para exercício do Magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal"- fica assente que, enquanto não houver alteração da Lei 9394/96, os estabelecimentos de ensino podem oferecer o curso Normal, sendo que os seus concluintes terão definitivamente o direito de lecionar nas quatro primeiras séries do ensino fundamental e na educação infantil, quando for o caso. Evidentemente, e com maiores razões, os portadores de diploma da antiga habilitação do Magistério e/ou cursos equivalentes, com fundamentação em dispositivos anteriores a 1971, têm todos os seus direitos assegurados. O disposto no parágrafo 4º, do Artigo 87, se inclui nas disposições transitórias e, portanto, não pode alterar o estatuído na parte permanente da Lei. O prazo mencionado no referido parágrafo 4º, só pode ser entendido como uma manifestação de vontade, ou ainda da intenção do legislador, sem portanto qualquer eficácia coercitiva. (...)" - Parecer CEE Nº 308/2001, relatado pelo Cons. João Gualberto de Carvalho Menezes, que respondendo à consulta da Secretaria Municipal de Caraguatatuba sobre a situação de professores que não apresentaram habilitação em nível superior ao final da década da educação assim se manifestou: "ao dizer no corpo permanente que é admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal, fica assente que, enquanto não houver alteração da Lei 9394/96 (LDB), os concluintes terão definitivamente o direito de lecionar nas quatro primeiras séries do ensino fundamental e na educação infantil quando for o caso". - Parecer CEE Nº 158/2016, de lavra da Cons. Rose Neubauer, que respondendo consulta análoga à presente solicitação, reconhece a habilitação da então professora para o exercício das funções docentes nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, nos termos do art. 62 da LDB, estendendo os seus efeitos a todos os professores que se encontrassem na mesma situação. Finalmente ressalte-se que esse também tem sido o entendimento expressado pelo E. Conselho Municipal de Educação de São Paulo, valendo colacionar o Parecer nº 02/2003, do Cons. Artur Costa Neto, por onde pacificou o seguinte entendimento: "Não se pode questionar direito adquirido dos formados com a habilitação exigida e que têm anos de exercício. Se a exigência legal da formação mínima de magistério em nível médio dá direito para o exercício profissional, esse direito adquirido pela formação exigida tem que ser preservado, ainda mais que o professor teve seu conhecimento enriquecido pela sua prática profissional. Reconhece-se, assim o direito adquirido dos formados no curso Normal de nível médio, bem como a experiência profissional acumulada". 2. CONCLUSÃO: 2.1 A Profa Sônia Falcão de Araujo está plenamente habilitada para o exercício das funções docentes nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, nos termos do Art. 62 da LDB 9394/96 (redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013), podendo assumir o cargo de Professor de Educação Básica I. 2.2 Encaminhe-se cópia deste Parecer à Diretoria de Ensino Região Sul 2, para as providências necessárias. 2.3 Reitera-se a necessidade de que se proceda com recomendações aos órgãos da SEE encarregados da elaboração das Instruções Especiais, que regem os concursos públicos para provimento de cargos de PEB I, assegurar em seus editais os direitos dos professores que concluíram seus cursos de formação profissional sob a égide de legislações anteriores e da própria LDB nº 9394/96, encaminhando cópia deste Parecer à Secretaria de Estado da Educação. 2.4 Envie-se cópia deste Parecer à Interessada, à Coordenadoria Pedagógica - COPED e à Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula - CITEM. São Paulo, 30 de maio de 2019. a) Conso Cláudio Mansur Salomão. Relator: 3. Decisão da Câmara: a Câmara de Educação Básica adota como seu Parecer, o Voto do Relator. Presentes os Conselheiros: Ana Teresa Gavião Almeida Marques Mariotti, Bernardete Angelina Gatti, Claudio Mansur Salomão, Denys Munhoz Marsiglia, Francisco Antônio Poli, Ghisleine Trigo Silveira, Jair Ribeiro da Silva Neto, Laura Laganá, Mauro de Salles Aguiar, Rosângela Aparecida Ferini Vargas Chede. Sala da Câmara de Educação Básica, em 05 de junho de 2019. a) Cons.ª Bernardete Angelina Gatti. Presidente da CEB. DELIBERAÇÃO PLENÁRIA. O CONSELHO ESTADUAL DE

1 EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara de Educação Básica, nos termos do Voto do Relator. Sala "Carlos Pasquale", em 12 de junho de 2019. Cons. 2 Hubert Alquéres - Presidente. Proc. 1190641/2018 (Proc. CEE 0080/2010) USP / 3 Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Campus Piracicaba. O Parecer 209/19 4 da Câmara de Educação Superior, relatado pelas Cons. aS Bernardete Angelina Gatti e 5 Guiomar Namo de Mello foi aprovado por unanimidade. Deliberação: 2.1 A adequação 6 7 curricular proposta para o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, oferecido pela 8 Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Campus Piracicaba, da Universidade de São Paulo, atende à Del. CEE nº 111/2012, alterada pela Deliberação CEE nº 154/2017. 9 10 2.2 A presente adequação curricular tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, 11 após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação. Proc. 1186122/2018 (Proc. CEE 0450/2006) USP / Faculdades de Filosofia, Letras e Ciências 12 13 Humanas. O Parecer 210/19 da Câmara de Educação Superior, relatado pelas Cons. as Bernardete Angelina Gatti e Guiomar Namo de Mello foi aprovado por unanimidade. 14 15 Deliberação: 2.1 A adequação curricular proposta para o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, oferecido pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da 16 17 Universidade de São Paulo, atende à Del. CEE nº 111/2012, alterada pela Deliberação 18 CEE nº 154/2017. 2.2 A presente adequação curricular tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da 19 Educação. Proc. 1172319/2018 (Proc. CEE 242/2008) \_ UNESP / Faculdade de 20 Engenharia do Campus de Guaratinguetá. O Parecer 211/19 \_ da Câmara de Educação 21 Superior, relatado pelas Cons. as Bernardete Angelina Gatti e Guiomar Namo de Mello foi 22 aprovado por unanimidade. Deliberação: 2.1 A adequação curricular proposta para o 23 24 Curso de Licenciatura em Matemática, oferecido pela Faculdade de Engenharia do 25 Campus de Guaratinguetá, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", atende à Del. CEE nº 111/2012, alterada pela Deliberação CEE nº 154/2017. 2.2 A 26 27 presente adequação curricular tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação. Proc. SEE 28 29 1302642/2019 e Outros \_ SEE e Prefeitura Municipal de Ibiúna e Outras. O Parecer 30 212/19 da Comissão de Planejamento, relatado pelo Cons. Marcos Sidnei Bassi foi aprovado por unanimidade. Deliberação: 2.1 Nos termos deste Parecer, a Comissão de 31 32 Planejamento manifesta-se favoravelmente à continuidade da Celebração de Convênio de 33 Ação de Parceria Educacional Estado/Município para o atendimento do Ensino Fundamental, de acordo com o Decreto nº 51.673/07 e Decreto nº 59.215/2013, entre o 34 35 Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação e os 36 municípios de Ibiúna, Avaré, Santo Anastácio, Dois Córregos, Olímpia, Pariguera-Acu, São João das Duas Pontes, Rancharia, Severínia, Votuporanga, Birigui, Campos do 37 Jordão, Pederneiras, Tietê, Tanabi e Potirendaba. 2.2 Caberá à Administração atentar 38 39 para o cumprimento das normas do FUNDEB, em especial aquelas que se referem à 40 aplicação dos recursos repassados, bem como o acompanhamento dos Planos de Trabalho objeto dos convênios. 2.3 Solicita-se especial atenção da Secretaria de Estado 41 42 da Educação às recomendações formuladas no Parecer Referencial CJ/SE nº 19/2019 e, em especial, as relativas ao afastamento de seu pessoal junto ao município conveniado. 43 2.4 Ressalta-se que antes da formalização dos Convênios, os Certificados de 44 45 Regularidade dos Municípios para celebrar Convênios – CRMS, deverão ser atualizados, bem como cópias documentais substituídas pelas originais. 2.5 Após a formalização dos 46 47 Convênios, a Assembleia Legislativa do Estado deverá ser cientificada, conforme dita o Artigo 116, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93. PAUTA SUPLEMENTAR: Processo 48 49 1570674/2019: Interessadas: Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e União 50 Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino de São Paulo (UNDIME / SP). Assunto: Currículo Paulista. Relatoras: Consas Ghisleine Trigo Silveira, Ana Teresa Gavião Almeida 51 Marques Mariotti e Rose Neubauer - CE. OBS: as Consas relatoras fizeram a 52 apresentação da minuta da proposta de Indicação. Manifestaram-se os Conselheiros 53 Sylvia Figueiredo Gouvêa, Guiomar Namo de Mello, Luís Carlos de Menezes, Iraíde 54 Marques de Freitas Barreiro, Roque Theóphilo Junior, Bernardete Angelina Gatti e Rose 55 Neubauer. O Senhor Presidente solicitou que as sugestões fossem encaminhadas à 56 57 Consa Ghisleine Trigo Silveira, até a próxima sexta-feira, para que a Comissão decida se

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	as mesmas serão aceitas e incorporadas ao texto. <b>Proc. 1658479/2019.</b> Interessado: Conselho Estadual de Educação. Assunto: Procedimentos de flexibilização da trajetória escolar e certificação curricular: garantia à educação e aprendizagem. Relatores: Consensangela Aparecida Ferini Vargas Chede e Claudio Mansur Salomão – CE. <b>OBS</b> : a Conselheira Relatora apresentou ao Conselho a minuta da proposta de Indicação, pelo adiantado da hora, ficou consensuado que os Conselheiros que quiserem contribuir com sugestões, que as encaminhem por e-mail à Conselheira Relatora. Nada mais havendo a tratar, às catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. Eu, Aurea Maia Egéa, lavrei, datei e assinei a presente Ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 12 de junho de 2019
13	Ana Teresa Gavião Almeida Marques Mariotti
14	Bernardete Angelina Gatti
15	Décio Lencioni Machado
16	Denys Munhoz Marsiglia
17	Edson Hissatomi Kai
18	Eliana Martorano Amaral
19	Francisco Antônio Poli
20	Francisco de Assis Carvalho Arten
21	Ghisleine Trigo Silveira
22	Guiomar Namo de Mello
23	Iraíde Marques de Freitas Barreiro
24	Jair Ribeiro da Silva Neto
25	Laura Laganá
26	Luís Carlos de Menezes
27	Mauro de Salles Aguiar
28	Roque Theóphilo Junior
29	Rosângela Aparecida Ferini Vargas Chede
30	Rose Neubauer
31	Sylvia Figueiredo Gouvêa
32	Thiago Lopes Matsushita